



Governo de Mato Grosso  
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

**Orientação Técnica de Corregedoria 0002/2023**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	Todas Unidades Orçamentárias
ASSUNTO:	Orientação Técnica de Corregedoria - Consolidação de entendimento sobre a prorrogação de prazos nos processos administrativos disciplinares e sindicância punitiva no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso

PRORROGAÇÃO DE PRAZO - SINDICÂNCIA  
PUNITIVA - PROCESSO ADMINISTRATIVO  
DISCIPLINAR.

Cuiabá - MT  
Junho/2023



CGEDIC202303753A



Governo de Mato Grosso  
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

## 1 INTRODUÇÃO

1. Em cumprimento da Ordem de Serviço nº 0014/2023, foi elaborada a presente orientação técnica de corregedoria com a finalidade de consolidar o entendimento acerca da prorrogação de prazo dos processos administrativos disciplinares e sindicâncias punitivas instaurados no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, regidos pelas Leis Complementares Estaduais nº 04, de 15 de outubro de 1990 e nº 207, de 29 de dezembro de 2004.
2. O tema tem sido alvo de interpretação equivocada por parte de algumas comissões processantes que não têm observado rigorosamente os ditames legais pertinentes à prorrogação de prazo.
3. Esclarecidas essas premissas, passamos a discorrer sobre a necessidade da fiel observação dos prazos durante a tramitação do processo administrativo disciplinar.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO

4. No Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, o processo administrativo disciplinar é precipuamente regido pelas Leis Complementares Estadual (LCE) nº 207/2004 e 04/1990, podendo ser aplicada subsidiariamente a Lei nº 7.692/2002, conforme disposição dos artigos 2º e 82.
5. Vale dizer a lei geral incidirá nas partes omissas, quando não houver disposição especial na lei que regula o processo administrativo disciplinar (LCE nº 207/2004).
6. Na seara do direito administrativo, os princípios se refletem para conferir parâmetros de atuação para a Administração Pública, pois, uma vez instaurado, o feito disciplinar gera direitos para o acusado e deveres para a Administração Pública.
7. São reflexos dos princípios gerais do processo administrativo (art. 4º, *caput*, Lei nº 7.692/2002) sobre os feitos disciplinares:
  - a. **as formas previstas em lei deverão ser respeitadas pela comissão processante** (devido processo legal);
  - b. as decisões e atos de indicição, o relatório, eventual parecer do órgão jurídico e o *decisum* final deverão estar alicerçados nas provas carreadas aos autos (motivação);
  - c. a sanção porventura aplicada deverá ser moderada e conforme a gravidade ou não do





Governo de Mato Grosso  
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

fato (razoabilidade e proporcionalidade).

### 3 DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

8. Os processos administrativos disciplinares e as sindicâncias punitivas não podem ter seu conteúdo oculto do próprio acusado, o qual tem a prerrogativa de ser cientificado das decisões proferidas, de conhecer o teor das peças reunidas nos autos, extrair fotocópias, de obter certidões de peças ou do inteiro teor do processo administrativo, de ter vista dos autos.

9. Envolve ainda o conhecimento por parte da sociedade das decisões adotadas em processos administrativos.

### 4 DA NOMECLATURA UTILIZADA NAS PORTARIAS DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

10. Importa realizar a distinção entre os institutos denominados de prorrogação, designação, manutenção, recondução e recomposição.

11. Prorrogar significa tornar mais longo ou fazer durar para além do tempo ou prazo definido. A **prorrogação** está relacionada ao prazo de duração do processo. Por exemplo, o PAD tem duração de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por mais 60 (sessenta) dias. Essa primeira prorrogação é chamada de ordinária (ou originária) e as demais, se houver, de extraordinária.

12. Prorroga-se o prazo de condução de um procedimento punitivo devidamente instaurado. Já com relação à comissão processante, esta poderá ser designada, mantida, reconduzida ou recomposta.

13. A **designação** da comissão se refere a nomeação dos membros que irão compor a comissão processante, ficando a cargo deles ultimar os trabalhos. Designar relaciona-se a indicar por meio de designação, fixar, determinar, nomear, escolher.

14. Dentro do lapso temporal dos primeiros 60 (sessenta) dias, utiliza-se o termo **manutenção** dos membros da comissão em sua integralidade. Manter tem o significado, no contexto sob análise, de permanecer ou fazer ficar numa certa posição, circunstância ou condição.

15. Melhor explicando, na portaria inaugural os membros da tríade são designados ou nomeados e têm o prazo de inicial de 60 (sessenta) dias para ultimar os trabalhos, não sendo possível isso, a comissão solicita mais 60 (sessenta) dias para o fazer. Nessa





Governo de Mato Grosso  
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

segunda portaria, a comissão poderá ser mantida pela autoridade instauradora (e não designada, pois já o foi na portaria inaugural). Óbvio que se houver alteração na composição da comissão, o termo apropriado será designação ou recomposição.

16. Nos 60 (sessenta) dias subsequentes, utiliza-se o termo **recondução** dos membros da comissão. Reconduz tem o sentido de conduzir de novo, reeleger ou tornar a nomear.

17. Decidindo a autoridade competente pela substituição de um dos membros ou de toda a tríade, poderá ser utilizada a nomenclatura de **recomposição** da comissão processante.

## 5 DO PRAZO LEGAL PARA CONCLUSÃO DA SINDICÂNCIA E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

18. O prazo estipulado pela norma processual para conclusão da **sindicância punitiva** é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, não podendo exceder a 120 (cento e vinte) dias:

### Lei Complementar nº 207/2004

Art. 48. A **Sindicância Administrativa** deve **obrigatoriamente ser observado os direitos** de ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, devendo ser dado **publicidade**.

Art. 50 A Sindicância será **concluída no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data da portaria inaugural.

Parágrafo único. A Sindicância Administrativa **podará ser prorrogada** por iguais e sucessivos períodos, não podendo exceder a 120 (cento e vinte) dias.

(Original sem grifos)

19. Vale lembrar que instaurado o **processo administrativo disciplinar**, com a publicação da portaria que institui a comissão processante, o trabalho apuratório deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período.

### Lei Complementar nº 207/2004

Art. 75 O **processo administrativo** será iniciado pelo presidente da comissão dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da publicação da portaria que determinar sua instauração.

§ 1º O **processo administrativo** será **concluído no prazo de 60 (sessenta) dias**, a contar da citação do acusado, **admitida sua prorrogação** por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem,





Governo de Mato Grosso  
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

**mediante solicitação à autoridade que determinou a sua instauração**, não podendo exceder a 120 (cento e vinte) dias.  
(Original sem grifos)

## 6 IMPACTOS NA EXTRAPOLAÇÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO

20. A Administração, por parte da autoridade instauradora e julgadora, e pela comissão processante, dentre outros atores que atuam no sistema correicional, deve cuidar para que a ocorra a celeridade processual, pois o prolongamento da duração do processo pode produzir diversos efeitos indesejados. Além disso, a Constituição Federal prevê como direito e garantia fundamentais individuais, a duração razoável e a celeridade do processo, tanto na via judicial quanto administrativa.

### **Constituição Federal**

Art. 5º

LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a **razoável duração do processo** e os meios que garantem a **celeridade de sua tramitação**.  
(original sem grifos)

21. Mesmo que a comissão processante não consiga concluir os trabalhos dentro do prazo estabelecido pela norma jurídica (artigo 50, *caput* e parágrafo único e artigo 75, § 1º, da Lei Complementar nº 207/2004), a apuração deve prosseguir, por meio do instituto da designação de nova comissão (ou Recomposição) ou pela recondução dos atuais membros da tríade, se assim entender pertinente a autoridade instauradora.

22. Reiteraões de novas designações e prorrogações, por si só, não são causa de nulidade, todavia operam a favor da **prescrição** e do fim da medida cautelar do **afastamento preventivo** (artigo 107 e artigo 71, Lei Complementar nº 207/2004, respectivamente).

23. Não deve ser adotada a interpretação literal dos dispositivos legais que dispõem sobre a duração do prazo para conclusão do procedimento disciplinar punitivo (se assim ocorresse, processos não concluídos dentro dos 140 (cento e quarenta) dias, seriam encerrados precocemente).

24. A melhor interpretação, inclusive com chancela doutrinária e jurisprudencial, é a sistemática em conformidade com o ordenamento jurídico e com sustentáculo nos princípios





Governo de Mato Grosso  
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

da indisponibilidade do interesse público, do formalismo moderado, da verdade material e da oficialidade, que informam a necessidade de continuidade das apurações até que os fatos sejam esclarecidos:

STJ, Mandado de Segurança nº 7.962

Ementa: Esta Colenda Corte já firmou entendimento no sentido de que a extrapolação do prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar não consubstancia nulidade susceptível de invalidar o procedimento.

25. Para fins de **aposentadoria e pedido de exoneração** de servidor que responde a processo disciplinar punitivo, uma vez extrapolado o prazo legal para sua conclusão, a Administração deverá deferir o pedido, e, em caso de futura aplicação de penalidade, no caso do aposentado este poderá ter sua aposentadoria cassada e a exoneração do servidor poderá ser convertida em destituição de cargo comissionado (se o servidor for exclusivamente comissionado) ou demissão (se for efetivo).

26. Agora com relação a **exoneração de ofício** ela não se aplica para servidor efetivo, pois este só perde o seu cargo por força de condenação em processo que lhe garanta o contraditório e a ampla defesa. No entanto, nos cargos de livre nomeação e exoneração, como o próprio nome já diz, a exoneração de ofício pode ocorrer a qualquer momento.

## 7 DA NECESSIDADE DE SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

27. As prorrogações devem ser **formalizadas** através de **solicitação à autoridade instauradora** do processo, como garantia de continuidade do ato administrativo que tem validade especificada na lei e se extingue pelo decurso do tempo, resguardando desta forma os princípios constitucionais da publicidade, do contraditório e da ampla defesa, dentre outros (TRF 1ª Região, APC nº 1999.38.00.007027-5/MG, rel. Des. Federal Tourinho Neto, DJ 12.08.05).

28. Os requerimentos de prorrogação de prazo devem estar acompanhados de breve justificativa, ou seja, com indicação do que já foi feito e do que está pendente de se fazer.

29. **Antes mesmo de terminar o prazo para conclusão dos trabalhos**, a comissão deve encaminhar à autoridade instauradora a solicitação de prorrogação de prazo, garantindo dessa forma que a publicação do ato pretendido ocorra tempestivamente, evitando inclusive que a comissão pratique atos sem competência.

30 . **Se a comissão tiver produzido atos neste período sem competência** (período



CGEDIC202303753A



Governo de Mato Grosso  
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

descoberto sem que a portaria de prorrogação de prazo tenha sido devidamente publicada no diário oficial do Estado), estes atos não devem ser utilizados como elementos formadores de convicção. Para poderem repercutir na formação de convicção, devem ser refeitos após a publicação da portaria prorrogando o prazo para conclusão dos trabalhos e mantendo ou reconduzindo os membros da comissão, ou ainda recompondo a comissão.

31. Assim, a comissão deve zelar para que seja fielmente observadas e cumpridas todas as formalidades que garantem a higidez processual.

## 8 CONTAGEM DO PRAZO

32. A Lei Complementar nº 207/2004 estabeleceu, no § 1º do art. 75, o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão de processo administrativo disciplinar, além de prever, no mesmo dispositivo, a possibilidade de prorrogação de tais trabalhos pelo mesmo prazo inicialmente concedido, *in verbis* :

Art. 75 [...]

§ 1º O processo administrativo será concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da citação do acusado, admitida sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem, mediante solicitação à autoridade que determinou sua instauração, não podendo exceder a 120 (cento e vinte) dias.

33. O prazo foi delineado de forma geral para todos os processos administrativos disciplinares instaurados. Trata-se de um balizador dos trabalhos da comissão processante que venha a atuar em uma apuração mais complexa e, nos casos simples, há de ser tomado como um período razoável para a conclusão do feito.

34. No entanto, não deve servir de escusa para a indefinida postergação dos trabalhos apuratórios nos casos mais complexos, sob risco de se descumprir o ordenamento constitucional que estabelece como direito de todos, tanto no âmbito judicial quanto no administrativo, a razoável duração do processo (art. 5, LXXVIII), além de poder configurar crime a procrastinação do encerramento do processo (art. 31, Lei nº 13.869/2019). E, ainda, em função da existência do instituto da prescrição que, com a sua incidência, pode impedir que a Administração Pública inflija qualquer punição a um eventual servidor que tenha praticado infração disciplinar.

35. Por **contagem** se entende **a maneira como o intervalo de tempo será efetivamente aplicada no calendário civil**, ou seja, em que dia começa a ser contado o prazo concedido





Governo de Mato Grosso  
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

na portaria inaugural do processo administrativo disciplinar.

36. A forma de contagem do prazo em tela explica-se pelo disposto na Lei Complementar nº 207/2004, conforme se lê:

Art. 75 [...]

§ 1º O processo administrativo **será concluído no prazo de 60 (sessenta) dias**, a contar da citação do acusado, admitida sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem, mediante solicitação à autoridade que determinou sua instauração, **não podendo exceder a 120 (cento e vinte) dias**.

Art. 134. **Contar-se-ão por dias corridos** os prazos previstos nesta lei complementar, **não se computando o dia inicial e prorrogando-se o vencimento que cair em sábado, domingo ou feriado**, para o primeiro dia útil subsequente.

(Original sem grifos)

37. No que tange à questão do início e do término do prazo, a forma de contagem dar-se-á da seguinte forma: a) o § 1º, do art. 75, da Lei Complementar nº 207/2004 estabelece o prazo de 60 (sessenta) dias e que o início da contagem desses dias se dá a partir da citação do acusado; b) O art. 134 da mesma lei, exclui da contagem o dia do começo, logo se exclui o dia em que o servidor acusado foi efetivamente citado, para a contagem dos 60 dias estabelecidos no § 1º, art. 75; c) ainda por força do art. 134 será incluído na contagem o dia do vencimento (60º dia), sendo automaticamente prorrogado para o próximo dia útil, caso tenha caído no sábado, domingo ou feriado.

38. É importante ressaltar que a forma de contagem dos prazos está expressamente disposta na Lei Complementar nº 207/2004, não havendo necessidade de buscar fonte subsidiária.

39. Com relação ao processo administrativo disciplinar (PAD) é interessante apontar que o código disciplinar do servidor público civil do Estado de Mato Grosso traz regramento diverso do postulado na Lei 8.112/90, pois nesta o início do prazo para conclusão do processo disciplinar começa com a publicação do ato que constituir a comissão (art. 152) e naquela o prazo inicia com a citação do acusado no PAD (§ 1º, art. 75).

40. Já na sindicância o prazo começa a contar a partir da data da portaria inaugural,





Governo de Mato Grosso  
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

conforme fixado no *caput* do art. 50, da Lei Complementar nº 207/2004 (apesar da nossa legislação não dizer que é da data da publicação da portaria, deve-se considerar o marco inicial como sendo a data da publicação em respeito ao princípio da publicidade, da transparência dentre outros).

41. Também merece destaque a questão do **prazo** concedido pela norma **para que a comissão inicie os trabalhos de apuração** : estabelece o art. 75 da Lei nº 207/2004 que o processo administrativo será iniciado pelo presidente da comissão dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da publicação da portaria que determinar sua instauração.

42. Sendo assim, os responsáveis pela indicação dos servidores que irão compor a comissão processante devem cuidar para que todos eles estejam aptos a instalar os trabalhos processuais dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias (ou seja, não esteja em gozo de férias, licença-prêmio, em viagem a trabalho, de licença para tratamento de saúde própria ou de familiar, dentre outros).

43. Segue abaixo uma linha do tempo resumida mostrando a alternância da nomenclatura de manutenção e recondução dos membros da comissão processante para melhor compreensão e fixação (considerando que não houve alteração na composição da comissão processante):

PORTARIA INAUGURAL	PRORROGAÇÕES			
	1ª	2ª	3ª	4ª
...				
DESIGNA	MANTEM	RECONDUZ	MANTEM	RECONDUZ
membros	membros	membros	membros	membros
da	da	da	da	da
comissão	comissão	comissão	comissão	comissão
processante	processante	processante	processante	processante

43. O ideal é que o secretário da comissão processante mantenha uma planilha para controlar o prazo de validade das portarias e as manutenções e reconduções dos membros





Governo de Mato Grosso  
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

da tríade, evitando assim equívocos na utilização da nomenclatura, além da ocorrência de prazos descobertos que podem levar a produção de atos praticados por comissão sem competência.

44. Segue abaixo um modelo de tabela feita no Excel que pode ser utilizada para realizar o controle/gestão do prazo do processo punitivo:

PAD nº CGE-PRO-2023/XXXX

Prazo: 60 dias

Início	Fim	Tipo	Portaria	D.O.E	DATA	Página
13/12/2022	11/02/2023	Designação	xxx/2023/CGE-COR	xx	10/11/2022	x
13/02/2023	14/04/2023	Manutenção	xxx/2023/CGE-COR	xx	13/02/2023	x
14/04/2023	13/06/2023	Recondução	xxx/2023/CGE-COR	xx	12/04/2023	x
...	...	Manutenção	...	...	...	...
...	...	Recondução	...	...	...	...
...	...	Manutenção	...	...	...	...
...	...	Recondução	...	...	...	...
...	...	Manutenção	...	...	...	...
...	...	Recondução	...	...	...	...

## 9 CONCLUSÃO

46. Ante o exposto, conclui-se que as comissões processantes devem observar fielmente as regras processuais postas no ordenamento jurídico, respeitando o devido processo legal, a ampla defesa, o contraditório, a publicidade, dentre outros.

47. Antes de vencer o prazo para conclusão do processo, a comissão processante deverá encaminhar à autoridade instauradora, solicitação de prorrogação de prazo, devidamente motivada e com tempo suficiente para que a autoridade analise, decida e publique a portaria concedendo prazo, mantendo ou reconduzindo a atual tríade ou ainda designando/recompondo a comissão processante.

À apreciação superior.

Cuiabá, 16 de Junho de 2023





Governo de Mato Grosso  
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

---

*Whats Neyven e Silva*  
Auditor do Estado

---

*Claudemir Advincula São Miguel*  
Superintendente de Responsabilização de Agentes Públicos



CGEDIC202303753A



Governo de Mato Grosso  
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

**Processo Nº:** null

**Interessado:** Todas Unidades Orçamentárias

**Assunto:** Orientação Técnica de Corregedoria - Consolidação de entendimento sobre a prorrogação de prazos nos processos administrativos disciplinares e sindicância punitiva no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

**DESPACHO**

1- Após analisar o produto, aprovo e recomendo a homologação da Orientação Técnica de Corregedoria nº. 0002/2023 , que trata de "PRORROGAÇÃO DE PRAZO - SINDICÂNCIA PUNITIVA - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR." , elaborado pelos(as) auditores do Estado, Whats Neyven e Silva, validado pelo(a) Superintendente de Responsabilização de Agentes Públicos Claudemir Advincula São Miguel, por seus próprios fundamentos.

2- Encaminhe-se ao Secretário-Controlador Geral, para os devidos fins.

Cuiabá, 19 de Junho de 2023

---

Renan Zattar Ferreira da Silva  
**Secretário Adjunto de Corregedoria Geral**



CGESCI202301610A



Governo de Mato Grosso  
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

**Interessado:** Todas Unidades Orçamentárias

**Assunto:** Orientação Técnica de Corregedoria - Consolidação de entendimento sobre a prorrogação de prazos nos processos administrativos disciplinares e sindicância punitiva no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

**DESPACHO**

1- Homologo, por seus próprios fundamentos a Orientação Técnica de Corregedoria nº 0002/2023, que trata de consolidação de entendimento sobre a prorrogação de prazos nos processos administrativos disciplinares e sindicâncias punitivas no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, elaborado pela auditora do Estado, Whats Neyven e Silva, validada pelo Superintendente de Responsabilização de Agentes Públicos, Claudemir Advincula São Miguel, e aprovada pelo Secretário Adjunto de Corregedoria Geral, Renan Zattar Ferreira da Silva.

2- Encaminha-se a Todas Unidades Orçamentárias para conhecimento e demais providencias cabíveis.

Cuiabá, 24 de Julho de 2023

---

Paulo Farias Nazareth Netto  
**Secretário-Controlador Geral do Estado**



CGESCI202301611A